

Descolonizar afetos, abrir modos coletivos de viver e amar

JOÍSA DA SILVA ALVES

Resenha: NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos:** experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

A colonização não acabou em nosso território, tampouco invadiu apenas a terra. Também feriu nossos corpos e infiltrou-se em nossos afetos, (re)produzindo um “sistema de monoculturas”. Essa é a trilha proposta pela ativista indígena Guarani, psicóloga e escritora Geni Núñez em “Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar”. “Peço licença para somar algumas gotas ao oceano desse amplo e complexo debate que é a descolonização”, nos diz Núñez (2023, p. 17). Na partilha de reflexões contracoloniais, tece um panorama conceitual, teórico, ético, crítico e poético sobre a não monogamia e os desafios de sua prática, definindo-a enquanto uma possibilidade radical, devidamente situada dentro das especificidades do nosso território, de construções coletivas de vínculos mais autênticos, saudáveis e diversos do modo herdado da colonização. A análise das origens, implicações sociais, conceituais e dos impactos subjetivos da implantação desse sistema de monoculturas no território é o fio condutor das três partes em que se dividem os caminhos teórico-conceituais traçados pela autora.

Em “Descolonização e relacionamentos”, a primeira parte dessa trama, realiza um retorno histórico ao projeto civilizatório dos colonizadores em relação aos indígenas que aqui já viviam a partir da análise das cartas jesuíticas, um dos primeiros registros do início da experiência colonial. Na análise de seu conteúdo, vai

JOÍSA DA SILVA ALVES

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Licenciada em Letras Português (UECE). Bolsista do PET Sociologia.
E-mail: joisabellalalles@outlook.com

percebendo a intrínseca conexão existente entre o projeto civilizatório da catequização e a monogamia e como esta

foi decisiva para efetivá-lo. Nas cartas aparecem avaliações dos modos de vida dos indígenas a partir dos valores dos próprios invasores, cujas concepções atribuíam a sua espiritualidade e formas de viver um caráter de falsidade, de pecado e demonização (Núñez, 2023). Uma vez que as não monogamias dos povos originários representavam um empecilho ao batismo e, consequentemente, à conversão, o sucesso do processo civilizatório dependeu do estabelecimento da monogamia enquanto imposição da moral cristã como única possível. Na bíblia, esse deus defendido como único e verdadeiro é descrito como aquele que sente ciúmes de seu povo, que concebe a veracidade do amor de seus súditos se estes o adorarem *unicamente*, sendo-lhe fiéis (Núñez, 2023). Adulterio, traição, ciúmes, não concomitância de amores são, portanto, conceitos de ordem religiosa estendidos à monogamia, a qual estava, pois, "diretamente relacionada aos valores do monoteísmo cristão" (Núñez, 2023, p. 32). A análise das cartas também demonstra não ser a *quantidade* de vínculos o aspecto central na distinção entre monogamia e não monogamia, pois mesmo vínculos entre apenas dois indígenas não eram reconhecidos como monogâmicos por admitirem a possibilidade de sua finalização (Núñez, 2023). A indissociabilidade do vínculo era um critério central da monogamia: o sacramento do matrimônio cristão deveria ser irrevogável independentemente das circunstâncias ou da vontade das pessoas envolvidas nele permanecerem. Esse critério posteriormente vai sendo revestido pelos supostos atrativos da narrativa do amor romântico (*felizes para sempre*).

A colonização tem sido o marco da implantação desse sistema de monoculturas (da terra, da fé, dos afetos) em nosso território, e se tem estabelecido sob a via da conversão, da violência, da legalidade, mas também através do apelo emocional, já que, ao contrário do que convencionalmente somos condicionados a pensar, violências diversas costumam ser praticadas sob conceitos considerados positivos e benéficos. É justamente sob o amparo do bem, do cuidado, em nome de deus, no apelo ao amor, à fidelidade, em defesa da família, do respeito e de tantos outros termos esvaziados de uma avaliação ética mais detida sobre aquilo que, na prática, vêm realmente significando, que tal lógica colonial tem se imposto

e infligido coerções e punições diversas. Geni lembra que a ética dessas práticas não se atesta nem se torna menos violenta pelos valores positivos aos quais estas se vinculam para se efetuar.

Na dimensão jurídica, a previsão, até recentemente legal, de uma “legítima” defesa da honra, o direito apenas recente ao divórcio e a permanência da criminalização da bigamia no código penal (Núñez, 2023) demonstram atravessamentos da moral monogâmica também no Estado e em suas legislações. Subjetivamente, assim como a monocultura da terra a exaure e esgota de sua vitalidade, a monocultura dos afetos tem permeado as relações de uma lógica da exclusividade, escassez, competição e sacrifício, resultando em um espectro que se estende desde o sofrimento, ciúmes, controle individuais a restrições e penalizações legais e feminicídios.

Monogamia seria, de fato, relacionar-se com apenas uma pessoa? Poligamia, relação aberta, poliamor, amor livre apenas nomes distintos para relações com mais de uma? Seria a monogamia uma escolha natural, mesmo havendo uma gama de regulações, controle e sanções, nos âmbitos moral, jurídico, legal e social, em torno dela, de quem a pratica e até mesmo sobre quem não? Ela beneficiaria a homens cis? Implicaria ausência de afetividade e compromisso? Essas e outras nuances são debatidas na segunda parte do livro, “Desmistificando a não monogamia”, momento em que a autora assenta as especificidades desses conceitos e discute os equívocos mais comuns sobre a temática, comumente indiferenciada de meros preconceitos morais a seu respeito, desmistificando o mito da quantidade. A despeito do prefixo *mono*, a monogamia há tempos deixou de referir-se estritamente a um único casamento, pois aos cônjuges é, atualmente, permitida a dissolução do matrimônio e a oficialização de outra relação e, mesmo quando o divórcio ainda não era admitido em lei, adultérios sempre foram uma realidade recorrente da monogamia. Na prática, a monogamia admite a possibilidade de se estabelecer mais de uma relação afetivo-sexual, desde que uma por vez (em teoria). Seu rechaço é, pois, à concomitância de vínculos. A não monogamia concebe a existência de múltiplas relações afetivo-sexuais como possibilidade e não como norma, podendo-se, inclusive, não haver intenção de relacionar-se sexualmente com

ninguém. Ainda assim, a mera possibilidade dessa multiplicidade soa como promiscuidade e ameaça ao casamento e à família. Não terceirização das decisões sobre o próprio corpo, consentimento, descentralização do sexo na consideração da importância das relações, liberdade dos sines e, sobretudo, dos não-síes, explicitação dos próprios limites (Núñez, 2023) são os aspectos realmente cruciais à não-monogamia e fundamentais na reapropriação do próprio corpo e retomada da autonomia. O foco, portanto, está em “*como* os vínculos acontecem independentemente da quantidade” (Núñez, 2023, p. 61, grifo nosso).

E tem sido justamente a monogamia, inauguração do projeto colonial fundado no monoteísmo cristão, aquela que vem permitindo o controle emocional, reprodutivo, financeiro, dos corpos e da sexualidade de mulheres e de pessoas sexo-gênero dissidentes, além do usufruto de seu trabalho (doméstico, reprodutivo e de cuidado) não remunerado, do contágio de mulheres por infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) dentro do casamento, em decorrência do adultério, do estupro marital e do feminicídio. Certas práticas, em tese, não-monogâmicas seriam, assim, apenas “uma monogamia com mais gente, ou seja, mantém a mesma estrutura de poder centralizada no homem cis, a mesma coerção dos corpos de mulheres” (Núñez, 2023, p. 61). Quando se transfere o foco da quantidade para as dinâmicas relacionais se possibilita “hacer de nuestra experiencia amorosa colectiva una herramienta de transformación política”, como assinala Vasallo (2018, p. 32). A pesquisadora Guarani, pois, nos apresenta o processo de descolonização dos nossos afetos como um movimento ético e político radical de (re)afirmação da autonomia das nossas mentes, corpos e existências a partir do abandono dessa maneira histórica compulsória de se relacionar e da assumpção de modos mais coerentes com as pessoas, o lugar, as condições etc. envolvidos em cada vínculo, à feitura de uma “artesanía dos afetos” (Núñez, 2023).

Na terceira e última trama, *Os desafios da desconstrução, acolhendo inseguranças e angústias*, Geni faz uma incursão nos desafios práticos do processo de descolonização dos afetos, afinal, “após tantos séculos subjetivados nessas lógicas, é difícil desaprender esses roteiros [...]” (Núñez, 2023, p. 77). Aqui é

importante “abrir” palavras das formas como, convencionalmente, costumam ser difundidas e entendidas na ficção colonial monogâmica. Autonomia implica reconhecimento da nossa condição de interdependência com os demais seres e de que somos parte do mundo, não se confunde com independência tampouco implica autossuficiência. A dimensão prática da descolonização dos afetos necessita da circulação coletiva do cuidado e do acolhimento, também coletivo, das vulnerabilidades. O reconhecimento da nossa interdependência e a desnaturalização dos binarismos (teoria/prática; mente/corpo; amor/sexo; natureza/cultura; humano/animal, entre outros), que limitam a compreensão das nossas interconexões com as coisas, com os demais seres e com nós mesmos, são fundamentais nesse processo. Descolonizar demanda, assim, reestruturar nossos laços de forma coletiva. Se a monogamia, através do casal e da priorização hierárquica que lega às relações sexo-afetivas, estabelece uma única posição oficial, central na distribuição dos recursos afetivos, na não monogamia a ideia é justamente que esse posto já não existe. Geni nos convida a avaliar nossa saúde relacional pela *qualidade* da construção cotidiana dos vínculos. Quando há cuidado, carinho, afeto, acolhimento das dores, entendemos que o desconforto causado pelo exercício da autonomia alheia só nos ocorre justamente por estar enraizado na ficção colonial monogâmica da exclusividade como única forma possível, ou a mais importante, de demonstração de amor, da ilusão de ocupar a centralidade do desejo do outro e de uma autoestima estruturada na comparação e competição com outras pessoas. O reconhecimento e valorização de si e dos outros como seres irrepetíveis no mundo nos ensina que o encanto de alguém não significa o apagamento do nosso encanto. A pensadora Guarani nos desvela o entrelaçamento profundo dessas angústias subjetivas com a monogamia, corroborando com bell hooks (2021, p. 113) a apostila na potência de uma vida em coletividade, cujos vínculos produzam saúde e acentuem as potencialidades de cada ser: “Comunidades alimentam a vida – não as famílias nucleares nem o ‘casal’, e tampouco a dureza individualista”.

A finalização de vínculos monogâmicos, ou sua (suposta) traição, em inúmeros casos tem sido punida com o assassinato de

mulheres, pois a lógica machista encontra amparo secular no conteúdo da moral monogâmica: “até que a morte os separe”. A não monogamia não é um mero modismo atual, mas remonta a modos de vida seculares dos povos originários deste território e sua resistência à colonização. Portanto, não se aparta de outras tantas lutas sociais, mas com elas se alia como uma proposta radical de um *não modelo*, de uma construção artesanal dos afetos, a qual assuma a singularidade de cada contexto (político, territorial, cultural, temporal etc.) e onde se nutram as relações, fortalecendo redes afetivas e criando outras éticas relacionais, mais capazes de acolher a singularidade das angústias, de fazer circular o cuidado e de lutar contra violências.

O livro é fruto da continuidade e ampliação do estudo de outras temáticas de pesquisa, desenvolvidas pela autora no mestrado em Psicologia Social e no doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também de sua atuação na militância indígena, de sua relação vital com a cosmogonia Guarani, seu povo, das contribuições de outras autorias indígenas e de suas próprias vivências, uma “promiscuidade teórica”, como costuma dizer. Representa, ainda, perspectiva contracolonial de produção do pensamento, algo que contrasta e traz novas perspectivas às discussões acadêmicas sobre não monogamia. Escrito com um vocabulário conceitual político-poético, em linguagem fluida, acessível, ainda que seus temas complexos sejam cuidadosa e criticamente tratados, é um convite à tessitura coletiva de um “artesanato narrativo”, em cuja nossa participação ativa construa outras ficções, nas quais falemos em primeira pessoa, e as quais possamos incrementar com a singularidade de estratégias e elementos de que dispomos, reflorestando e nutrindo nosso imaginário com experimentações de formas de se estar no mundo, de viver e amar distintas das herdadas do processo colonial, mais coletivas, autênticas, potentes e diversas. Descolonizar os afetos é um grande exercício de imaginação crítica e criatividade.

Referências

hooks, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021. Disponível em: <<https://leituratomica.com.br/tudo-sobre-o-amor-bell-hooks-2/?amp=1>>. Acesso em: 5 fev. 2024

VASALLO, Brigitte. **Pensamiento monógamo, terror poliamoroso.** Madrid: La Oveja Roja, 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://we.riseup.net/assets/678562/TERROR%2BPOLIAMOROSO.pdf&ved=2ahUKEwiXnbLa6paEAXXKqJUCHQEWDdQQFnoECBIQAAQ&usg=AOvVaw019Rju4dxc2ZrWbatKGvjO>>. Acesso em: 29 jan. 2024.